

Fátima Cleide amplia discussão sobre regras do Fundeb

Relatora da medida provisória que regulamenta o Fundeb, Fátima Cleide quer ouvir os setores envolvidos antes de finalizar parecer. Descontente com os repasses propostos, prefeitos foram recebidos ontem por Renan Calheiros. **Página 3**



Renan Calheiros dá boas-vindas a Bento XVI, durante recepção na Base Aérea de Guarulhos (SP)

Bento XVI chega ao Brasil para visita de cinco dias

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o senador José Sarney participam da recepção ao papa Bento XVI em sua

chegada ao Brasil. A agenda dos cinco dias de visita do Papa ao país inclui a missa na qual será canonizado o Frei Galvão. **Página 5**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.589 – Brasília, quinta-feira, 10 de maio de 2007

Ministro quer amplo debate sobre aborto



Temporão (à esq., ao lado de Patrícia e Papaléo) pede regulamentação da Emenda Constitucional 29

Em audiência no Senado, Temporão manifesta interesse em conhecer opinião das mulheres, porque até agora só os homens têm se pronunciado sobre o assunto

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, afirmou ontem, no Senado, que o aborto é um problema de saúde pública que precisa ser debatido por toda a sociedade, devido às implicações éticas, religiosas e sociais. Ele chegou a suspeitar da sanidade mental de quem pensa diferente. A regulamentação da Emenda Constitucional 29, que determina à União, aos estados e municípios percentuais de transferência de recursos para a saúde, também foi defendida pelo ministro na audiência, realizada pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Subcomissão de Saúde. **Página 8**

Em audiência no Senado, especialistas dizem que etanol vai substituir gasolina

Queda das reservas de petróleo e insegurança energética são apontadas como causas da futura opção pelo biocombustível brasileiro. **Página 6**

Plenário aprova corregedor para o Conselho de Justiça

O Senado acolheu ontem a indicação de César Asfor Rocha, do Superior Tribunal de Justiça, para corregedor do Conselho Nacional de Justiça. Ele foi sabatinado pela Comissão de Justiça. **Página 5**



Senadores acolhem quatro indicações para o Judiciário e uma para embaixada



Evento para mostrar a importância da ciência no dia-a-dia

Aprovada por comissão, Semana de Ciência e Tecnologia vai ao Plenário, onde será examinada em regime de urgência. **Página 2**

Aprovada por comissão, semana destinada a mostrar impacto das inovações depende agora do Plenário



Sob a presidência de Wellington, CCT aprova requerimentos para realização de audiências

Projeto institui evento para divulgar ciência e tecnologia

O Senado poderá instituir, no mês de outubro, a Semana de Ciência e Tecnologia, com o objetivo de mobilizar a população para questões relativas ao setor, enfatizando o papel das inovações no dia-a-dia dos brasileiros e no desenvolvimento do país. É o que prevê requerimento da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A matéria vai ser votada em regime de urgência no Plenário, conforme proposta de Ideli Salvatti (PT-SC) também aprovada ontem.

Em seu parecer favorável ao requerimento, o senador Valter Pereira (PMDB-MS) destacou que o Senado, ao instituir a Semana da Ciência e Tecnologia, dará grande repercussão ao tema. Os senadores Renato Casagrande (PSB-ES), Flávio Arns (PT-PR)

e Marcelo Crivella (PRB-RJ) elogiaram a proposta.

Também foi acolhido pela CCT requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) propondo a realização de audiências públicas para debater o tema "Conteúdo audiovisual em tempos de convergência tecnológica". A iniciativa visa fornecer subsídios aos parlamentares para a elaboração de uma lei de convergência para o sistema de telecomunicações brasileiro.

Flexa Ribeiro afirmou haver no Brasil várias leis que tratam da convergência tecnológica e afetam diretamente a vida dos brasileiros, sendo relevante o debate sobre os conteúdos dos programas e a defesa da produção nacional. Ao apoiar a iniciativa, Crivella advertiu que o Brasil estaria sendo invadido pelo patrimônio cultural de outros países, em detrimento da cultura brasileira.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário realiza sessão deliberativa às 14h

O Plenário, com sessão marcada para as 14h, permanece com a pauta trancada por 11 projetos de lei de conversão e duas medidas provisórias. O primeiro deles é o projeto proveniente da MP 335/06, que prevê mecanismos para a regularização fundiária de interesse social em imóveis da União.

Secretário do Tesouro Nacional fala aos senadores da CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza, às 10h, audiência pública que atende determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal. A reunião conta com a participação do secretário do Tesouro Nacional, Tarcísio Godoy, para prestar contas do cumprimento de metas fiscais do último quadrimestre de 2006.

Comissão discute ampliação de acesso a benefícios sociais

A proposta que permite a mais de um membro da mesma família receber benefícios definidos pela Lei Orgânica da Assistência Social deve ser analisada hoje, às 9h, pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). Também deve ser votada proposta de debate sobre o ensino profissionalizante.

Ciclo de debates sobre plano para a Educação

Terá início hoje, às 10h, o ciclo de debates sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), promovido pela Comissão de Educação (CE). Entre os convidados está o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Nival Nunes de Almeida.



Construção de ramais da Ferrovia Norte-Sul será tema de audiência

O Projeto de Desenvolvimento Regional Brasil Central será discutido hoje, às 14h, em audiência pública, pela Comissão de Infra-Estrutura (CI). O projeto prevê a construção de três ramais da Ferrovia Norte-Sul na região Centro-Oeste, em Rondônia e em áreas de Minas, Pará, Paraná, Bahia, Piauí e Maranhão.



Especialistas analisam nacionalização do gás boliviano

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) deve debater, a partir das 10h, proposta de Heráclito Fortes (DEM-PI) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) sobre as decisões adotadas pelo governo boliviano quanto à nacionalização das reservas de gás e petróleo natural do país.

Ministro da Agricultura esclarece funcionamento do seguro rural

Às 10h, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se para ouvir o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes. O ministro foi convidado para esclarecer o funcionamento e aportes financeiros referentes ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural.

Implicações da Emenda 3

Consultores legislativos e de orçamento do Senado e da Câmara debatem, a partir das 17h, implicações da Emenda 3, apresentada ao projeto de lei que criou a Receita Federal do Brasil, a Super-Receita.

Bloqueador de celular

A obrigatoriedade de instalação de bloqueador de celular nas penitenciárias pelas empresas de Serviço Móvel Pessoal pode ser analisada hoje, às 9h, pela Comissão de Infra-Estrutura (CI).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Efraim Morais, Gerson Camata, César Borges, Papaléo Paes, Mão Santa e Flexa Ribeiro



Programa não dá atenção devida ao Centro-Oeste, acusa Marconi

Marconi: PAC é "um rótulo para medidas antigas"

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não contém os mecanismos adequados para fazer a economia do país crescer a taxas elevadas, como a diminuição dos gastos do Estado e da carga tributária, afirmou ontem o senador Marconi Perillo (PSDB-GO). Ele classificou o PAC de "um rótulo para medidas antigas e já em andamento".

– O governo central precisa parar de utilizar o aparato de mídia que nos empurra goela abaixo a idéia do PAC como uma espécie de redenção da pátria, panacéia para todos os males – disse, ao observar que, cem dias após o lançamento do programa, muito pouco aconteceu.

Um dos equívocos do programa apontados pelo parlamentar é o que chamou de "assimetria significativa" entre os recursos destinados para as modalidades de transporte rodoviário (57,74%), ferroviário (13,49%) e hidroviário (1,25%). Para o senador, seria o momento de diminuir o foco no transporte rodoviário. Segundo ele, os fretes por hidrovia equivalem a 63,5% dos valores por ferrovia e a 47,5% dos fretes por rodovia.

– A alta velocidade proporcionada pelo transporte rodoviário revela-se primordial apenas para os produtos de alto valor agregado, perecíveis e de pequeno porte – frisou.

Marconi também reclamou da pouca ênfase dada pelo PAC ao Centro-Oeste, mesmo sendo uma região preparada para responder à demanda pela produção de combustíveis renováveis, a partir de cana-de-açúcar, mamona e milho.

Entidade representativa de municípios alega que verba prevista para creches não cobre gastos das prefeituras. Fátima Cleide anuncia adiamento da votação no Senado e disposição para conversar

Prefeitos pedem mudanças e relatora amplia discussão sobre o Fundeb

Acompanhado de prefeitos de Alagoas, o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, se reuniu ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, com os líderes do governo no Congresso, Roseana Sarney (PMDB-MA), e no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), além de vários outros senadores. Os representantes dos municípios reclamaram da medida provisória que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que está na ordem do dia do Senado na forma de projeto de lei de conversão.

Ao final do encontro, a relatora da matéria (PLV 7/07), senadora Fátima Cleide (PT-RO), anunciou o adiamento da votação do projeto no Senado. O texto, já votado pela Câmara, regulamenta a Emenda Constitucional 53, que criou o Fundeb. Segundo a parlamentar, vários dirigentes e representantes de organismos municipais de educação ouvidos por ela pedem que a matéria seja regulamentada o mais brevemente possível, porque há um entendimento de que os ganhos conquistados na negociação do Fundeb só serão efetivados a partir da votação final da matéria.

Virgílio: bancada do PSDB só votará MPs avaliadas como urgentes e relevantes

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou ontem, em Plenário, que a bancada do seu partido não vai mais concordar com a votação de medidas provisórias que não tenham os pressupostos de urgência e relevância exigidos pela Constituição. Ele informou que a decisão tem o apoio da bancada do Democratas.

– Medida provisória de crédito extraordinário no início da execução orçamentária significa para nós infringir a lei. Não contará mais com



Prefeitos buscam apoio junto a Renan (4º à dir.) para alterar regulamentação do fundo

– Hoje, várias entidades entendem que esses ganhos, por não estar a matéria regulamentada, ainda não puderam cair nos cofres de municípios e estados, e muito menos chegar ao principal beneficiário, que é nossa clientela estudantil. Nós vamos agora ouvir todos os setores, analisar as propostas, conversar de novo com o governo, para poder então ter a matéria pronta para votação – informou.

Insatisfação

Ziulkoski saiu da reunião afirmando que, da forma como se encontram, a emenda que criou o Fundeb e a regulamentação proposta têm criado transtornos aos municípios. Ele sustenta que, apesar de as creches custarem mais, essa fase de ensino tem um peso menor na distribuição de recursos do fundo. Enquanto o coeficiente para creche é 0,8, para o ensino médio urbano é 1,2, informou.



Não será aceita MP para abertura de crédito, afirma Arthur Virgílio

– O Congresso está sendo desrespeitado, humilhado. Não mais compactuaremos com MPs que venham sem o caráter de urgência e relevância que a Constituição exige – disse.

– Reafirmo que ocorreu um apagão em 3 mil prefeituras brasileiras, pela forma como foi construída essa emenda constitucional e devido a erros por parte de setores do governo, principalmente do Banco do Brasil, que se apoderou de dinheiro do Fundo de Participação dos Municípios indevidamente. É uma questão técnica, mas é a origem de todo o drama – assinalou.

Ziulkoski afirmou que, há dois anos, a confederação faz simulações prevenindo sobre os prejuízos que os cálculos aprovados no Fundeb trariam aos municípios. No seu entender, estão aprovando leis em Brasília sem levar em conta a fonte de financiamento para universalizar o ensino básico brasileiro.

– Reafirmamos a gravidade desse projeto. O Ministério Público e os tribunais de Justiça estão determinando a obrigatoriedade de colocar crianças nas creches. Temos hoje 1 milhão de crianças em creches e um potencial de 12 milhões para serem agregadas em 14 anos. Recebemos por esse fundo cerca de R\$ 80 por mês por criança, quando o custo médio de cada uma é de R\$ 250. Então, como vamos conseguir fechar essa conta? – questionou ele.

Senadores pedem informação sobre indicado para o Dnit

Requerimento com pedido de informações sobre o economista Luiz Antônio Pagot, indicado para o cargo de diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), foi apresentado ontem, em Plenário, pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM). Conforme o senador, notícias postadas no blog do jornalista Ricardo Noblat informam que o indicado teria sido servidor do Senado Federal.

No pedido, assinado por Virgílio, pelo presidente do PSDB, Tasso Jereissati (CE), e pelos demais integrantes da bancada, é solicitada a confirmação do período no qual Pagot teria trabalhado no Senado, o cargo ocupado e o valor de sua remuneração.



Gilvam quer corrigir distorção que existe desde a criação do estado

Gilvam cobra titularidade de terras no Amapá

Gilvam Borges (PMDB-AP) anunciou ontem, em Plenário, que apresentou projeto de lei transferindo ao domínio do Amapá terras ainda pertencentes à União, conforme proposta que aguarda recebimento de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A medida (PLS 238/07), segundo ele, irá corrigir uma distorção que persiste desde a transformação do antigo território federal do Amapá em estado, ocorrida com a promulgação da Constituição de 1988. Conforme explicou o senador, a falta de definição quanto à titularidade das terras inibe novos investimentos naquela unidade da Federação e vem sendo objeto de ações judiciais.

– Passados quase 20 anos, ninguém discute o acerto da medida. Ocorre, porém, que a mudança não foi completa. Restou pendurado no armário um esqueleto – observou, referindo-se à falta de definição quanto à titularidade das terras públicas devolutas que não foram transferidas ao Amapá.

Ações

Gilvam Borges afirmou que o fato de muitas terras ainda estarem com o registro imobiliário em nome da União vem provocando um grande número de ações judiciais.

O projeto determina que as terras transferidas ao domínio do Amapá deverão ser utilizadas em atividades de assentamento e de colonização, podendo ser adotado o regime de concessão de uso. A aquisição ou o arrendamento de lotes por estrangeiros obedecerá a restrições estabelecidas na legislação federal.



“Não defendo autoridades ou bicheiros, mas sim o estado de direito”, diz Jarbas

Jarbas condena utilização de ações da PF pelo governo

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) condenou, em pronunciamento feito ontem, a utilização, pelo governo, de ações da Polícia Federal para a promoção de “espetáculos que visam demonstrar ao povo que no Brasil ricos e poderosos também vão para a cadeia”. Na opinião do senador, as ações da PF na Operação Furacão foram alardeadas de tal forma que passaram por cima do direito de defesa.

– Não defendo autoridades, bicheiros ou outros indiciados, mas, sim, o estado de direito – enfatizou o parlamentar.

Ao protestar contra os supostos excessos, o senador lembrou que, por ocasião do indiciamento do ex-assessor da Casa Civil da Presidência Waldomiro Diniz por corrupção e extorsão e do publicitário Duda Mendonça por participação em jogos de rinhas de galo, nenhuma prisão com algemas foi efetuada pela PF.

Jarbas Vasconcelos afirmou que, “além de humilhar pessoas indiciadas com a armação de espetáculos para a ato de prisão, previamente avisado a emissoras de televisão”, o governo incorre em abuso de poder, uma vez que tais atos autoritários remetem a regimes de exceção.

Vários senadores fizeram apertes ao pronunciamento de Jarbas Vasconcelos para apoiar seu protesto, entre eles Tasso Jereissati (PSDB-CE), Marco Maciel (DEM-PE), José Agripino (DEM-RN), Francisco Dornelles (PP-RJ) e Mão Santa (PMDB-PI). Por sua vez, a senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, defendeu as ações da Polícia Federal. Em resposta, Jarbas Vasconcelos afirmou que tem aplaudido diversos procedimentos empreendidos pela PF, mas reiterou que não aceita nenhum tipo de agressão ao estado democrático e às instituições.

Líder do DEM cobra de governistas cumprimento da promessa de apresentar na terça-feira os indicados para comissão e acusa governo de não honrar acordo com prefeitos

“CPI será instalada no Senado, queiram ou não”, diz Agripino

O líder do DEM, José Agripino (RN), afirmou que a “CPI do Apagão será instalada no Senado, queiram ou não, porque é a sociedade que está pedindo explicações” ao governo para a queda do avião da Gol e os atrasos dos vôos no país. Ele disse esperar que os líderes dos partidos da base do governo cumpram a promessa de apresentar na próxima terça-feira os nomes dos seus senadores na CPI. As oposições já fizeram as indicações.

– Essa não será uma CPI de oposição contra governo. Ela vai investigar o caos aéreo que está infernizando a vida de quem tem de viajar de avião. Será uma CPI não para provocar, mas para investigar, para prestar serviço à sociedade – acrescentou.

Agripino também tratou do



Agripino: DEM não apoiará alternativa à Emenda 3 se houver mais impostos

Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ele lembrou que o presidente Lula garantiu aos prefeitos que iria autorizar o aumento de um ponto percentual no repasse do FPM e, agora, a equipe econômica mandou retirar projeto com essa finalidade da votação na Câmara. “Não é a primeira

vez que este governo não cumpre acordos”, sustentou.

O senador disse ainda, com base em um resumo do que seria a proposta do governo para substituir a Emenda 3 ao projeto que criou a Super-Receita, que não há hipótese de diálogo se a nova proposição apresentar qualquer aumento de imposto.

Pelo resumo, o governo estaria propenso a cobrar um adicional de 10%, a título de Previdência, das empresas individuais que prestem serviços a outras maiores “com habitualidade e subordinação”. Agripino lembrou que, em reunião de todos os líderes partidários no Congresso, há duas semanas, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, garantiu que o governo não iria aumentar a tributação dessas empresas.

Jucá garante que acordo será cumprido

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), garantiu em Plenário que o acordo feito com a oposição acerca da instalação da CPI do Apagão Aéreo será cumprido. Ou seja, todos os membros da comissão parlamentar de inquérito devem



Jucá acrescenta que governo está trabalhando em defesa dos municípios

ser indicados pelos partidos até o próximo dia 20. Ele acrescentou que o mesmo vale para a CPI das ONGs, que também aguarda

a indicação dos membros por parte da base do governo.

Jucá afirmou ainda que o governo trabalha para que o aumento dos recursos que compõem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – integrante da reforma tributária – seja aprovado na Câmara.

– Pela informação que tenho, já houve um entendimento e a matéria será votada para que o FPM seja contabilizado a partir de setembro – frisou.

Wellington cobra posição sobre seu requerimento contra duas comissões

Wellington Salgado (PMDB-MG) informou que não abrirá mão de resposta ao questionamento que fez durante a sessão da terça-feira, quando indagou sobre a constitucionalidade da CPI do Apagão Aéreo, já havendo outra instalada na Câmara para investigar o mesmo assunto. O senador antecipou que, se a Mesa negar o seu pedido de arquivar a CPI no Senado, recorrerá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Enquanto o meu requerimento não for decidido, não há motivos de se falar em nomeações dos membros para a comissão. Se for

necessário que eu recorra à CCJ e esta comissão aprovar parecer contrário ao meu pedido, não vou recorrer à Justiça, pois não recorrerei de uma decisão da Casa a uma instituição de fora – disse.

Heráclito Fortes (DEM-PI) discordou de Wellington quanto ao argumento de que seria desperdício de dinheiro público o Congresso manter uma CPI em cada Casa. “Economia de botão, em um caso como esses, não se justifica”, avaliou.

O líder do DEM, José Agripino (RN), concordou com o fato de o peemedebista ter a prerrogativa



Wellington questiona legalidade de um mesmo assunto ser tema de duas CPIs

de apresentar requerimento à Mesa, mas opinou que nem a questão de ordem apresentada, nem o possível ato de recorrer à CCJ podem gerar efeito suspensivo que impeça a indicação dos membros e a instalação da CPI do Apagão Aéreo.



Heráclito: presidente do Senado não deixou de elucidar critérios de indicação

Heráclito critica declaração de Ideli sobre CPI das ONGs

Ao comentar declaração da líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), ao jornal Correio Braziliense, Heráclito Fortes (DEM-PI) acusou ontem a parlamentar de ter “faltado com a ética e com a verdade”. O senador citou matéria em que ela teria afirmado que a CPI das ONGs ainda não foi instalada porque o presidente do Senado, Renan Calheiros, não havia definido os critérios para a indicação dos integrantes.

– O presidente Renan vem insistindo na instalação da CPI. Não é verdade que tenha deixado de elucidar critérios. Pelo contrário, vem cobrando dos partidos a responsabilidade – disse Heráclito.

Ideli teria acrescentado, conforme o senador, que o próprio líder do DEM, José Agripino (RN), nem sequer teria tocado no assunto na última reunião de líderes. Heráclito classificou a atitude de “lamentável”, já que assuntos discutidos em encontros de lideranças, de acordo com o parlamentar, não devem ser trazidos a público, e protestou diante de uma suposta tentativa da senadora de gerar atritos no interior do Democratas.

José Agripino se pronunciou em seguida e disse que a declaração de Ideli “coloca o Partido dos Trabalhadores a reboque dos partidos de oposição”.

– A reunião a que ela se referiu foi convocada para tratar especificamente da CPI do Apagão Aéreo. Se é preciso que a oposição provoque, a exigência está feita – registrou Agripino.

A CPI destinada a investigar organizações não-governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) aguarda a conclusão da indicação de seus membros para entrar em funcionamento. Heráclito cobrou agilidade dos partidos.

– As denúncias continuam chegando. Em alguns locais, nem as Forças Armadas conseguem ter acesso às regiões de atuação das ONGs – alertou ele.



Ricardo Stuckert/PR

José Sarney recebe a bênção do Papa, durante recepção na Base Aérea de Cumbica

Bento XVI chega ao Brasil e é recepcionado em Guarulhos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou da cerimônia de recepção ao papa Bento XVI, ontem, na Base Aérea de Cumbica, em Guarulhos (SP). Também estavam presentes o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP); o governador de São Paulo, José Serra; e o senador José Sarney (PMDB-AP).

Essa é a primeira visita que

ele faz ao Brasil na condição de Papa. Joseph Ratzinger, nome de batismo de Bento XVI, já esteve no Brasil quando era cardeal.

A agenda do Papa inclui a missa na qual será canonizado o Frei Galvão e uma visita ao centro de recuperação de dependentes químicos Fazenda da Esperança. No domingo, Bento XVI abre a 5ª Conferência do Episcopado da América Latina e do Caribe, na cidade de Aparecida (SP).

Dia dedicado a Frei Galvão não será feriado

Os deputados federais decidiram que o Dia de Santo Antônio de Sant'Anna Galvão (11 de maio) não será feriado, mas uma data em homenagem ao primeiro santo brasileiro, que será canonizado pelo papa Bento XVI na sexta-feira.

A Câmara acolheu, em votação simbólica, projeto do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) que institui o dia em homenagem a Frei Galvão.

O texto foi aprovado com substitutivo da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, prevendo a inclusão do dia no calendário histórico e cultural brasileiro, sem a criação de feriado nesse dia. Com a alteração, o projeto volta ao Senado.

Roriz dá boas-vindas ao Papa, em nome do PMDB e dos brasileiros

Em nome do PMDB e dos habitantes do Distrito Federal, o senador Joaquim Roriz (DF) saudou ontem, em discurso no Plenário, o papa Bento XVI, que havia chegado pouco antes para sua primeira visita ao Brasil desde que assumiu o pontificado.

– Não poderia deixar de estar aqui, como cristão e homem de fé, e associar-me, em oração, ao povo brasileiro na acolhida, formulando boas-vindas ao Santo Padre – ressaltou Roriz.

O senador disse esperar que a “bênção do Santo Padre” ajude o país a encontrar os caminhos para a diminuição da desigualdade social e econômica. Roriz tam-



Roosevelt Brito

Em Plenário, Roriz associou-se a todos os brasileiros em saudação a Bento XVI

bém saudou os participantes da 5ª Conferência do Episcopado da América Latina e do Caribe, que será aberta no domingo.

Mensagens designando corregedor do CNJ e três ministros de tribunais, além de embaixador na Nova Zelândia, são acolhidas pelos senadores

Plenário aprova indicações para Judiciário e embaixada

O Plenário do Senado aprovou ontem cinco mensagens presidenciais com indicações de autoridades, entre elas a do ministro César Asfor Rocha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para exercer o cargo de ministro-corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A indicação, que teve como relator o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), já havia sido acolhida na tarde de ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), após sabatina.

O conselho é um órgão integrante do Poder Judiciário e controla a sua atuação administrativa e financeira, bem como o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. Presidido pela ministra Ellen Gracie Northfleet – que é a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) –, o órgão foi criado em dezembro de 2004, na reforma do Judiciário, e instalado em junho de 2005. O

CNJ conta com 15 conselheiros, aprovados previamente pelo Senado e nomeados pelo presidente da República.

A atuação acadêmica e profissional de César Asfor Rocha foi destacada em Plenário pelos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Patrícia Saboya (PSB-CE), José Agripino (DEM-RN), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Romero Jucá (PMDB-RR).

Os senadores acataram ainda a indicação do juiz federal Napoleão Nunes Maia Filho, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (PE), para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga decorrente da aposentadoria do ministro Jorge Tadeo Flaquer Scartezini. A designação de Nunes Maia Filho, relatada por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), também foi aprovada ontem, depois de sabatina

na Comissão de Justiça.

Também foram aprovadas as indicações das juízas Maria de Assis Calsing e Dora Maria da Costa para exercerem o cargo de ministras do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em vagas decorrentes da aposentadoria dos ministros José Luciano de Castilho Pereira e Ronaldo José Lopes Leal. As mensagens designando as duas juízas haviam recebido, horas antes, a aprovação da CCJ. As matérias tiveram como relatora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Embaixador

Outra mensagem acolhida pelo Plenário foi a que indica o diplomata Manoel Antônio da Fonseca Couto Gomes Pereira para o cargo de embaixador do Brasil na Nova Zelândia. O relator da mensagem presidencial, aprovada em abril pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), foi o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

César Asfor diz que será intransigente com desvios

Durante a sabatina na Comissão de Justiça, o ministro César Asfor Rocha manifestou posição favorável à perda de prerrogativas desfrutadas por magistrados, inclusive sobre o direito de manter os salários, quando condenados a penas disciplinares por desvios graves de conduta. “Isso é privilégio e não prerrogativa. A magistratura receberá com boa acolhida se, eventualmente, for feita proposta para a correção dessa distorção”, declarou.

A questão foi levantada por Aloizio Mercadante, após ter salientado que sugestão nesse sentido, de sua autoria, ficou de fora da legislação. O senador adiantou que está disposto a apresentar novamente proposta que permita o afastamento de magistrados, sem salário, no caso de cometimento de ilícitos.

Vários senadores chamaram a atenção do ministro para o desafio que ele terá à frente da corregedoria do CNJ, num momento em que a Justiça volta ao noticiário por conta do envolvimento de magistrados em esquemas de corrupção. Em resposta, César Asfor disse estar consciente da gravidade dos fatos, porém frisou



César Asfor

Antonio Carlos, entre César Asfor (E) e Epitácio Cafeteira, dirige sabatina na CCJ

mais de uma vez que a magistratura é formada por uma maioria de “homens de bem”. Quanto aos faltosos, garantiu que será “intransigente” na condução dos processos disciplinares.

Pedro Simon (PMDB-RS) observou que o Conselho Nacional de Justiça “ainda não disse a que veio” e cobrou mais rigor na apuração de desvios cometidos por magistrados e condenação dos culpados.

Jefferson Péres (PDT-AM) destacou que o indicado terá difícil missão como ministro-corregedor do CNJ, uma vez que a sociedade vê um juiz corrupto não só como

um criminoso, “mas como uma aberração”. Inácio Arruda afirmou lamentar que a corrupção esteja contaminando todos os espaços do aparelho do Estado. Já Edison Lobão (DEM-MA) elogiou o desempenho do CNJ.

Arthur Virgílio assinalou que César Asfor Rocha, como corregedor, poderá mostrar que “nada é intocável no país”, seja no Legislativo, Executivo ou Judiciário. Valter Pereira (PMDB-RS) chamou atenção para a necessidade de instrumentos tecnológicos avançados para garantir maior controle do processo na Justiça e celeridade nas decisões.



Roosevelt Pinheiro

Jefferson quer manifestação do Senado sobre mudança no Imposto de Importação

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) anunciou ontem a apresentação de projeto de lei de sua autoria que submete à apreciação do Senado as alterações da alíquota do Imposto de Importação. Segundo o parlamentar, é necessário que haja limitações ao poder do governo federal de aumentar ou reduzir esse tributo.

– Não me parece que isso possa

ficar, como ocorre hoje, inteiramente ao arbítrio do Poder Executivo – declarou ele.

Jefferson lembrou que o governo aumentou recentemente a alíquota do Imposto de Importação para os setores de calçados e de vestuário – de 20% para 35%. Ele não criticou essa medida em particular, afirmando que ela foi tomada para proteger tais setores da falta de

competitividade provocada pela valorização cambial e, conseqüentemente, da concorrência internacional, principalmente a chinesa. Mas ponderou que a decisão é um exemplo de como o Executivo pode manipular livremente esses percentuais.

O senador ressaltou que, de acordo com sua proposta, o Senado terá de apreciar a mudança da

alíquota em um prazo de 60 dias. Se a Casa não se manifestar nesse período, a medida entrará em vigor automaticamente. Dessa forma, argumentou, não haveria o risco de sua proposição “engessar” o governo federal. Ele disse que a proposta vai estimular um debate no Senado – “que já está tardando” – sobre aumentos e reduções de alíquotas de tarifas aduaneiras.

Para Jefferson, é preciso limitar o poder do governo sobre o tributo

Serys destaca avanço do Luz para Todos

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) fez ontem, da tribuna, um relato da viagem que realizou na região do Norte Araguaia, entre 4 e 7 de maio, onde acompanhou, em seis municípios, o andamento do programa Luz para Todos, que tem como meta levar energia elétrica para a população do meio rural.

– As famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano [IDH] e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% dessas famílias têm renda inferior a três salários mínimos e 80% estão no meio rural.

Serys disse que somente em Mato Grosso já foram aplicados cerca de R\$ 250 milhões, em benefício de 37 mil domicílios rurais ou 180 mil pessoas. Para isso, acrescentou, foi implantada uma rede de 11,5 mil quilômetros, com a construção e/ou ampliação de 16 subestações, instalação de 20 mil transformadores e 100 mil postes.

A senadora observou que na região, conhecida como “vale dos esquecidos”, a eletricidade era considerada artigo de luxo, mas agora vários municípios contam com energia.



Roosevelt Pinheiro

Serys: programa já beneficiou mais de 180 mil pessoas em MT

Etanol deverá ser consumido em todo o mundo, dizem especialistas

Participantes de audiência afirmam que o interesse internacional pelo biocombustível produzido no país reflete a intenção política de acabar com a dependência do petróleo

O mercado de combustíveis hoje no mundo é norteado pela insegurança energética e pela ansiedade ambiental, apontaram ontem especialistas durante audiência pública no Senado sobre perspectivas de mercado e projeções de cenários futuros para os biocombustíveis. Segundo os participantes da audiência, promovida pela Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o interesse internacional no etanol brasileiro reflete a intenção política de diversificar as matrizes energéticas e acabar com a dependência do petróleo.

– No futuro, o etanol será produzido em escala maior, o seu consumo se disseminará no mundo e seremos produtores importantes. O etanol deixará de ser o aditivo para se tornar subs-



César Borges

Gianetti, Sillas, João Tenório (na presidência), Sibá e Bressan participam da audiência

tituto da gasolina – previu Roberto Gianetti da Fonseca, da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Por sua vez, o gerente de Comércio de Álcool e Oxigenados da Petrobras, Sillas Oliva Filho, destacou que a estatal já vem comercializando biocombustíveis para diversos países da África e América Latina. Sillas assinalou que a tendência em todo o mundo é que aumente os percentuais de combustíveis renováveis na mistu-

ra com a gasolina.

– O biocombustível é uma febre mundial, não só do meio ambiente, mas também econômica por causa do preço do petróleo e por injetar recursos no agronegócio local – acrescentou o especialista.

Já o diretor do Departamento de Cana-de-Açúcar do Ministério da Agricultura, Ângelo Bressan Filho, afirmou que o mundo está vivendo “a era da biomassa”. Ele disse acreditar que o investimento mundial em biomassa é uma tendência irreversível. Bressan sustentou que não faz sentido o temor de que o aumento do plantio de cana-de-açúcar no Brasil ameace santuários ecológicos, uma vez que as áreas mais propícias para a cultura, informou, ficam no Sudeste e Centro-Oeste, sem oferecer riscos às regiões de preservação.

César Borges defende incentivo à cana no Nordeste

Ao debater o assunto na audiência realizada na Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, o senador César Borges (DEM-BA) disse reconhecer que o Brasil está vivendo uma “grande oportunidade”, mas externou seu receio de que o governo intervenha no processo com a pretensão de ter o monopólio do comércio de biocombustíveis.

O parlamentar afirmou que está preocupado ainda com a logística necessária para a comercialização do produto e lamentou não haver políticas públicas destinadas a incentivar a participação do Nordeste na produção de cana-de-açúcar.

Respondendo ao questionamento do senador pela Bahia, Roberto Gianetti da Fonseca, que também é presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), considerou que deve haver um diálogo “equilibrado e racional” entre os setores público e privado a respeito da comercialização e da produção de biocombustíveis. Gianetti defendeu a realização de reuniões envolvendo o governo e produtores privados para tratar do assunto e propôs a criação de estoques reguladores. Disse ainda que a Petrobras é um parceiro desejável para o setor privado e sugeriu que o Nordeste invista no etanol de mandioca,

como uma alternativa à cana.

Outro participante da audiência pública, o senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) manifestou o temor de que haja um excesso de produção de álcool, advertindo para as conseqüências dessa situação. Ele expressou ainda preocupação quanto às dificuldades logísticas para o escoamento da produção.

Sibá Machado (PT-AC) ponderou que a questão dos biocombustíveis tem de ser analisada a partir de vários pontos de vista, como geopolítico, econômico, ambiental e social. O senador disse que o Acre deseja participar do programa.



Roosevelt Pinheiro

Inácio Arruda: idéia da integração resultou da luta contra a ditadura

Inácio exalta papel do Parlamento do Mercosul

A instalação, no último dia 7, em Montevidéu, do Parlamento do Mercosul foi comemorada em Plenário pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que destacou “o acolhimento de diversas nacionalidades e etnias naquela instituição”. Ele observou que o desenho institucional do novo parlamento é inovador, mas as idéias que o fundaram repousam nas lutas libertárias das Américas.

Inácio Arruda lembrou a bravura de homens e mulheres da América Latina que no século 20 “enfrentaram corajosamente as violentas e sanguinárias ditaduras, a soldo do império americano, que praticamente impôs ditaduras em mais da metade do continente”.

– Nessa caminhada dura, corajosa, sempre esteve presente a idéia da unidade latino-americana, uma idéia forte de como unir os povos latino-americanos, como unir essas nações: um país continental como o Brasil e o conjunto de nações no nosso continente de língua espanhola, com várias etnias, com povos nativos e, ao mesmo tempo, distantes uns dos outros – concluiu o parlamentar cearense.



César Borges: projetos de irrigação na Bahia foram paralisados

Contra transposição, César Borges quer obras que revitalizem o São Francisco

César Borges (DEM-BA) lamentou o fato de o governo ter autorizado nesta semana as obras de transposição das águas do rio São Francisco enquanto dois grandes projetos de irrigação da Bahia, sob responsabilidade do governo federal, se encontram paralisados (Baixo do Irecê e Salitre).

O senador voltou a se manifes-

tar contra a transposição antes da revitalização das nascentes do São Francisco e de um programa de melhoria da qualidade de vida de quem mora às suas margens. Ele lastimou que a ordem de serviço para os primeiros sete quilômetros de canais da transposição tenha sido assinada por um baiano – o ministro da Integração Nacional,

Geddel Vieira Lima.

César Borges citou notícia do jornal O Estado de S. Paulo de ontem, sob o título “Transposição do rio São Francisco divide bispos do Nordeste”. A matéria afirma que entre católicos dessa região só há consenso de que há necessidade de revitalização do rio.

– A verdade é que a transposi-

ção não trará benefícios ao povo baiano e nem às populações dos estados mais setentrionais do Nordeste – opinou.

A ordem de serviço para início das obras, estranhou o senador, saiu antes da licitação que contratará grandes empreiteiras para construção de 700 quilômetros de canais.

Efraim aponta *apartheid* político contra a Paraíba

Efraim Morais (DEM-PB) apontou ontem a existência de um “apartheid político” na ausência de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a

Paraíba, que, até agora, foi contemplada com apenas 0,14% do total de recursos destinados ao programa do governo. O senador levantou a hipótese de isso estar ocorrendo pelo fato de o governador Cássio Cunha Lima ser da oposição.



Efraim ressalta fato de o governador ser da oposição

Efraim observou que foram destinados à Paraíba somente R\$ 270 milhões em projetos incluídos no PAC e comparou a situação da sua região com o vizinho Pernambuco, “mais rico e menos dependente de verbas federais”, que irá receber R\$ 22 bilhões. Ele citou Cássio, do PSDB, que teria usado expressão “apartheid político” para designar o tratamento até agora conferido à Paraíba.

O senador se disse preocupado com a falta de recursos para financiar projetos importantes, como as obras do Porto de Cabedelo, com a ponte que interligaria a capital às praias do Norte, e a duplicação da BR-230, para melhoria do turismo. Ele salientou a posição privilegiada da Paraíba com relação aos portos da Europa, Ásia e África.

Efraim pediu a união da bancada da Paraíba, que detém a presidência da Comissão Mista de Orçamento (CMO), e ainda três parlamentares integrantes, em prol da arrecadação de recursos.

Paim chama atenção para condição de vida dos negros

Ainda há pessoas vivendo em condições similares às da época da escravidão, denuncia o senador, que sugere campanha para a CNBB

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que, embora a abolição da escravatura tenha ocorrido há 119 anos, ainda há negros que vivem no Brasil em condições similares às do tempo da escravidão. Na sua opinião, a lei que libertou os escravos em 13 de maio de 1888 – a Lei Áurea – trouxe liberdade, mas não garantiu a eles direitos e cidadania.

Com o objetivo de discutir o racismo e o preconceito, o senador disse que vai propor à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a instituição de campanha da fraternidade com o tema “Abolição não concluída” para que a sociedade reflita a respeito da situação em que vivem os brasileiros descendentes de africanos.

Paim ressaltou que eles ainda não participam da maior parte das atividades do país e que a grande maioria dessa parcela da população não possui condições adequadas de



Lei Áurea trouxe liberdade, mas não garantiu cidadania, diz Paim

vida. Como exemplo, o parlamentar citou dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) informando que 70% dos indigentes brasileiros são negros. Paim observou também que são raros os negros com cargos no Executivo ou Legislativo.

– Não existe no nosso país um único fazendeiro ou produtor do agronegócio negro. Qual o proprietário de grande jornal, TV ou rádio, ou de banco que é negro? Algo está errado – afirmou.

Em aparte, José Nery

Fotos: Roosevelt Pinheiro

(PSOL-PA) ressaltou que os parlamentares têm a tarefa de contribuir para a efetivação de políticas públicas que garantam cidadania a esses brasileiros e combatam as novas formas de escravidão. O senador Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que o Brasil foi o último país a libertar os escravos.

Paulo Paim informou que vai rerepresentar projeto de lei da senadora licenciada e hoje ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, com a finalidade de incluir o nome de João Cândido no Livro dos Heróis da Pátria.

Cândido liderou a Revolta da Chibata, que ocorreu em unidades da Marinha de Guerra do Brasil, no Rio de Janeiro, em novembro de 1910, na qual os marinheiros tomaram navios em protesto contra as condições de trabalho a que estavam submetidos e, especialmente, contra o hábito do castigo da chibata, uma herança da escravidão, entre outras

Delcídio destaca reunião sobre marcos regulatórios

Delcídio Amaral (PT-MS) fez ontem um balanço em Plenário dos principais resultados da audiência pública realizada pela Subcomissão de Marcos Regulatórios, na segunda-feira, destinada a discutir os problemas do setor elétrico.

O senador comemorou especialmente anúncio feito pelo diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Gerson Kelman, sobre acordo firmado entre a Petrobras e a Aneel garantindo a oferta de gás natural para termelétricas instaladas no Sistema Interligado Nacional. A medida, em sua avaliação, descarta a possibilidade de racionamento de energia elétrica em 2010.

Delcídio assinalou ainda explanação do subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil, Luiz Alberto dos Santos, com relação a projeto do Executivo que dispõe sobre regras aplicáveis às agências reguladoras. O parlamentar disse não ter dúvida de que será possível chegar a uma proposta razoável para a questão das agências reguladoras a partir do projeto de lei do governo encaminhado ao Congresso.

– Não tenho dúvidas de que essa subcomissão preparará uma série de projetos que eliminarão as incertezas jurídicas e estabelecerão marcos regulatórios consistentes para o setor de infra-estrutura. Esse é o grande desafio do Brasil – afirmou o senador.



Delcídio comemora oferta garantida de gás natural

Exedito Júnior defende instalação das hidrelétricas do complexo do rio Madeira

Exedito Júnior (PR-RO) criticou ontem o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) pela demora na concessão do licenciamento ambiental para a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no complexo do rio Madeira, em Rondônia.

Para o senador, ao atrasar as obras, empreendimentos con-

siderados essenciais no pacote do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Ibama vai na “contramão da história”. Ele também criticou o órgão por estabelecer calendário de licenciamento que não consegue cumprir.

– A construção dessas usinas é fundamental não só para o estado de Rondônia ou para a região Nor-

te, mas para todo o país. A energia que será gerada corresponderá a 75% da gerada na hidrelétrica de Itaipu, e a maior parte desses recursos irá para o resto do país, impedindo um novo “apagão” elétrico – disse.

Exedito informou que empresários, associações, federações e sindicatos de seu estado organizaram o Comitê Pró-Hidrelétricas

do rio Madeira, sob o lema “Sou a favor das hidrelétricas – Usinas já!”. Empresários rondonienses também reivindicam a renegociação do débito com a União relativo à extinção do Banco do Estado de Rondônia (Beron). Eles solicitam, ainda, a remoção dos servidores públicos do ex-território federal de Rondônia, atualmente no quadro do estado, para a União.



Exedito critica Ibama por demora no licenciamento ambiental



Chagas (D), ao lado de Pedro Jorge (E) e Adelmir, exhibe obra sobre Carlos Castello Branco

Adelmir prestigia lançamento de livro sobre Castellinho

Por ocasião do lançamento do livro Carlos Castello Branco – O jornalista do Brasil, na Biblioteca do Senado, Adelmir Santana (DEM-DF) afirmou que a obra é uma homenagem ao jornalista e também aos políticos. Isso porque a Coluna do Castello, publicada por mais de 20 anos no Jornal do Brasil, orientou, segundo ele, a vida política do país durante a

ditadura militar.

– Estamos registrando aí coisas que não saíam na Coluna do Castello – afirmou Adelmir, em referência à censura no período.

O livro traz a transcrição de uma série de entrevistas feitas durante um ano com Carlos Castello Branco pelo jornalista Carlos Chagas, e que ficaram guardadas durante mais de 20 anos. “Castellino

tinha na cabeça histórias que o Brasil desconhecia”, diz o cineasta e professor da Universidade de Brasília (UnB) Pedro Jorge, organizador da obra.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), “não poderia haver melhor parceria que a de Castellinho e Carlos Chagas [então no O Estado de S. Paulo], jornalistas capazes de furar o cerco da ditadura”.

Ministro vê aborto como questão de saúde pública e pede amplo debate

Em audiência na CAS, Temporão afirma que gostaria de conhecer opinião das mulheres, porque até agora somente os homens têm se manifestado com maior ênfase sobre o tema

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, afirmou que o aborto é uma questão de saúde pública e quem duvida disso “está delirando ou tem algum problema mental”. A declaração foi feita durante audiência realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e pela Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Temporão defende amplo debate sobre o assunto.

Após a audiência, respondendo a questionamentos sobre a posição da Igreja Católica e do papa Bento XVI, que se colocou contra a realização de um plebiscito sobre o tema, o ministro disse que “não se pode prescrever dogmas de determinada religião para a sociedade inteira”. Temporão lamentou que, até o momento, sejam



Temporão (E), observado por Patrícia e Papaléo, expõe diretrizes

os homens que estão se pronunciando com maior contundência sobre o assunto, e afirmou que gostaria de conhecer a opinião das mulheres.

A regulamentação da Emenda Constitucional 29, que determina percentuais de transferência de recursos para a saúde pela União, estados e municípios, foi defendida durante a audi-

ência. O ministro destacou que o setor é subfinanciado e propôs a elaboração de um “fator amazônico”, para atrair e remunerar dignamente profissionais de saúde que atuam na região. Sobre a necessidade de reajustes na tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), apontada por Jayme Campos (DEM-MT) e Augusto Botelho (PT-RR), Temporão disse que essa não é uma boa solução, e defendeu a criação de uma nova metodologia. Em resposta a Patrícia Saboya (PSB-CE), o ministro se disse um entusiasta do aumento da licença-maternidade de quatro para seis meses, e afirmou ser favorável à vacina contra o vírus HPV (que facilita o surgimento do câncer de colo do útero), mas observou que a medida deve ser mais estudada.

Temporão defende visão integrada das ações do governo

Ao expor as diretrizes de sua gestão no Ministério da Saúde, durante a audiência realizada ontem, José Gomes Temporão afirmou que pretende dirigir o trabalho à elaboração de políticas intersetoriais em que as ações da área de saúde estejam integradas com os projetos do governo para educação, saneamento, habitação e emprego.

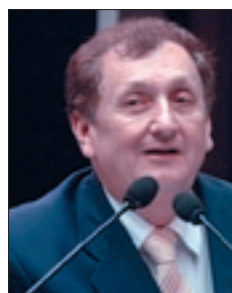
Temporão disse que o ministério está voltado para o combate a problemas que atingem a sociedade moderna. Ele se posicionou contra a propaganda de bebida alcoólica e defendeu uma normatização para a distribuição dos medicamentos excepcionais. O ministro também citou os programas de planejamento familiar e destacou a relevância do programa Saúde da Família, que já atende a 100 milhões de pessoas.

“Quebra de patente de medicamento não afastará investidores”

O ministro José Gomes Temporão defendeu o licenciamento compulsório (quebra de patente) no Brasil do medicamento anti-aids Efavirenz, determinado no dia 4, e garantiu que não vai haver afastamento de investidores da indústria farmacêutica por causa disso. Ele informou que a empresa produtora (o laboratório Merck) realizava cobranças diferenciadas, vendendo o remédio a um preço muito mais alto para o Brasil. “O Brasil coloca a saúde pública acima de qualquer questão e exige um preço justo”, ressaltou.

Os senadores presentes à audiência elogiaram a decisão. Aloizio Mercadante (PT-SP) garantiu que a Organização Mundial de Saúde (OMS) legitima a atitude em determinados casos.

Mão Santa: garantia de conclusão para obras em Teresina



Mão Santa anuncia visita de equipe de ministério

Mão Santa (PMDB-PI) comunicou que o ministro da Saúde, José Temporão, garantiu que as obras de construção do pronto-socorro de Teresina, iniciadas no final de 1990, serão finalizadas.

Segundo o senador, Temporão prometeu enviar uma equipe do Ministério da Saúde para tratar da conclusão da obra e também da assinatura de convênios entre o pronto-socorro e o governo federal. Outro assunto que será tratado pelos técnicos do ministério é o pleno funcionamento do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí.



Governistas debatem papel do Bolsa Família no combate às diferenças sociais

Pesquisa do Ipea revela redução da desigualdade

A queda na redução da desigualdade social no Brasil nos últimos cinco anos foi debatida ontem pelos senadores da base governista no Senado.

A reunião, que faz parte de um ciclo de debates com ênfase em temas estratégicos da conjuntura nacional, tem como mote os principais pontos do livro Desigualdade de renda no Brasil, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Na exposição do debatedor e economista do Ipea Ricardo Paes de Barros, foram discutidos os resultados de pesquisa recente-

mente divulgada pelo instituto que constatou a queda na desigualdade social no país de 2001 a 2005.

O estudo, mostrado em gráfico, demonstra que a desigualdade declinou 4,6% no período, passando de 0,594, em 2001, para 0,566 em 2005.

Um dos fatores de redução da desigualdade de renda no governo Lula, apontou o expositor, foram os programas de transferência de renda agrupados no Bolsa Família, e o próprio Bolsa Família, que teriam sido responsáveis por uma queda de 21% na desigualdade entre 1995 e 2004.

Ideli comemora efeitos do Bolsa Família na área social

A líder do Bloco da Maioria, Ideli Salvatti (PT-SC), comentou em Plenário a reunião realizada ontem entre senadores governistas e o pesquisador Ricardo Paes de Barros, do Ipea, sobre o efeito de programas sociais como o Bolsa Família na redução da desigualdade.

Também participaram do debate os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Serys Slhessarenko (PT-MT), Paulo Paim (PT-RS), Marcelo Crivella (PRB-RJ),

Francisco Dornelles (PP-RJ), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Delcídio Amaral (PT-MS), Renato Casagrande (PSB-ES), Flávio Arns (PT-PR) e Augusto Botelho (PT-RR).

Ideli citou, na ocasião, reportagem publicada pelo site PrimaPagina, apontando que, mesmo equivalendo a apenas 0,51% da renda dos brasileiros, os recursos do Bolsa Família têm respondido por 17,1% da queda da desigualdade.